

# Mudança na Funai não resolve problemas dos índios

A opinião é unânime entre sertanistas, antropólogos e funcionários do órgão, para o Cimi, o novo presidente "é teleguiado pelos coronéis"

MEMÉLIA MOREIRA

BRASÍLIA — Há unanimidade de opiniões. Sertanistas, antropólogos, funcionários da Funai e missionários, todos concordam num ponto: as substituições ocorridas no órgão tutor dos índios não significam solução para o problema desses 220 mil indígenas, e, menos ainda, melhoria em suas vidas.

"Foi apenas uma tentativa de trégua. Uma tentativa de evitar críticas por um certo tempo. Mudaram os coronéis, colocaram civis, mas a filosofia do trabalho é a mesma", comenta o sertanista Porfirio de Carvalho, que durante 11 anos trabalhou na Funai.

"Otávio Lima, o novo presidente da Funai, traz à lembrança, a gestão fracassada do coronel Nobre da Veiga. É um civil teleguiado pelos coronéis e não vai poder solucionar os problemas criados e deixados pelo coronel Leal", diz o Conselheiro Indigenista Missionário (Cimi), sobre a mudança de presidente da Funai.

"Enquanto a Funai insistir em grandes projetos elaborados por economistas, como há anos vem fazendo, em vez de se preocupar com a questão social do índio, os problemas permanecerão. Muitos deles vão até se agravar, porque há comunidades que não suportam mais", desabafa um funcionário do órgão, para quem "militar ou civil, é tudo igual. O que deve ser mudado é a filosofia".

A nomeação do economista Otávio Ferreira Lima para a presidência da Funai aponta um dado novo: esta é a primeira vez que um presidente assume em meio a um total descrédito, embora promovendo a substituição dos coronéis, reivindicação que cresceu nos últimos dois anos, quando a Funai chegou a ter 13 militares dessa patente em cargos importantes.

## Herança

Na verdade, a falta de crédito nesse economista que aos 36 anos assume o "órgão mais complexo" da administração federal, segundo palavras do coronel Paulo Leal, ex-presidente, é uma pesada herança que vem do extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão criado em 1910 pela obstinação do marechal Cândido Rondon. "Positivista militante, o marechal Rondon fez uma intensa campanha para que se criasse um órgão de defesa das terras e povos indígenas. Com base nos princípios de José Bonifácio de Andrade e Silva, Rondon foi o principal responsável pela criação do SPI.

Entre os princípios de José Bonifácio encontram-se: "Justiça não esbaldando os índios pela força das terras que ainda lhes restam e de que são



Rondon: intensa campanha pró-índio

Juruna: exemplo aos demais caciques



Leal: "Não trabalho sob pressão"



Lima assume em meio a descrédito

legítimos senhores; brandura, constância e sofrimento de nossa parte, que nos cumpre como usurpadores e cristãos."

E a partir dessas diretrizes, aperfeiçoadas pelo general Couto de Magalhães, que pretendia alfabetizar os índios conservando-lhes a língua materna, o SPI foi criado em 20 de julho de 1910. A nova instituição tinha também como tarefa da colonização de trabalhadores rurais.

Um ano depois de sua criação, surge o primeiro estatuto do índio, com força de lei, determinando "respeito às tribos indígenas como povos que têm direito de ser eles próprios, de professar suas crenças, de viver segundo o único modo que sabiam fazer: aquele que aprenderam com seus antepassados e que só lentamente podem mudar".

Esse primeiro estatuto previa também proteção do índio em seu ter-

ritório, proibindo ainda a separação da família indígena para educação ou catequese, como fazem hoje os missionários salesianos do alto rio Negro.

## O extinto SPI

O SPI funcionou a contento até 1930. O marechal Rondon, que se recusara a participar da revolução, perdeu também seus privilégios. A partir daí, o orçamento do órgão atingiu uma dotação tão baixa que não podia mais fazer funcionar a máquina administrativa, passando a ser apenas um órgão vinculado ao Ministério do Trabalho.

Essa crise provocada por simples vingança política alterou profundamente o destino da instituição e consequentemente dos índios. Entre altos e baixos e aos poucos perdendo também o espírito de Rondon, o SPI foi extinto em 1967, durante o governo Costa e Silva e depois de críticas cada dia mais graves contra a corrupção do órgão.



O problema enfrentado pelos 220 mil índios brasileiros é estrutural, apontam os críticos da Funai

## Novo órgão surge com extinção do SPI

No lugar do SPI nasce a Funai e seu primeiro presidente, um civil, Queiroz Campos, que logo foi femitido porque em menos de dois anos na presidência do novo órgão já era acusado de corrupção semelhante às que obrigaram o governo a extinguir o SPI. Chegaram inclusive a acusá-lo de facilitar a venda de cabelos das índias para que fossem transformados em perucas para o nascente "high-society" de Brasília.

Com a saída de Queiroz Campos, a Funai entra na era dos militares. Primeiro o general Oscar Jerônimo Bandeira de Melo. Viviu-se o governo Médico e não havia um estatuto do índio só aprovado em 1973. Bandeira de Melo é lembrado com pesar pelas populações indígenas. Em seu tempo foram abertas estradas cortando os territórios dos índios Txucarramãe, com a BR-080 (Brasília-Manaus), dos Paracaná, com a Transamazônica, dos Vaimiri-atroaris, com a Manaus-Caraçaraí.

## Militares

Foi também durante a gestão do general Bandeira que as terras dos Nambiquaras, atraídas pelo marechal Rondon, foram vendidas para empresários do Sul que no vale do Guaporé instalaram 22 fazendas.

Até hoje os Nambiquaras não recuperaram suas terras agora atravessada pela estrada Cuiabá — Porto Velho, suporte do Polonoroeste.

Bandeira deixou a Funai para seu superintendente, o general Ismarth Araújo de Oliveira, cuja administração foi marcada pelo projeto de emancipação dos grupos tribais. O projeto foi engavetado pelo ministro do Interior, Rangel Reis, depois de uma intensa campanha nacional e internacional contra a emancipação dos índios.

E a partir do general Ismarth que a Funai começa a enfrentar um novo problema: a tomada de consciência dos líderes indígenas. Até então os caciques não tinham o hábito de frequentar Brasília para exigir a demar-

cação de suas terras, mas as assembleias indígenas promovidas pelo Cimi e proibidas pela Funai propiciaram uma troca de informações entre os líderes das diferentes nações indígenas e, consequentemente, o crescimento das reivindicações.

Surge a figura de Mário Juruna com seu gravador na mão, ouvindo promessas dos diretores da Funai e levando as fitas gravadas por todo o Brasil. Juruna, sem qualquer dúvida, inaugura uma nova era na Funai: a era dos gravadores. A partir dele, os demais caciques passaram a usar a máquina e trilhar o caminho de Brasília para cobrar as promessas feitas.

As principais promessas se referem à demarcação de terras. O Estatuto do Índio, aprovado pelo Congresso Nacional em 1973, concedia um prazo de cinco anos à Funai para demarcar as 256 áreas indígenas do País. O Estatuto completa dez anos este ano, e, dos quase 30 milhões de hectares de terras indígenas, o órgão, só conseguiu demarcar 13.109.122 hectares.

O principal problema para a demarcação das terras indígenas refere-se aos grandes interesses dos proprietários de terras, empresas mineradoras, indústrias multinacionais, como a Aracruz Celulose e a Rio Tinto, arrendatários e alguns milhares de posseiros. Todos esses proprietários são protegidos por duas ou três autoridades e publicamente fazem ameaças caso percam a questão, como aconteceu com os fazendeiros de Pau Brasil, que ameaçaram retirar o apoio do PDS baiano, nas eleições passadas, caso os Pataxó-hã-hã-haes permanecessem em suas terras.

A terra é realmente o problema principal para a Funai e uma questão de sobrevivência para os índios, principalmente os menos aculturados, como os Ianomâmis, os Nambiquaras, os Matorunas, os Marubos, grupos indígenas que vivem em áreas de recente penetração das frentes agrícolas.

Para os grupos mais aculturados, como os do Nordeste, há ainda o problema de educação, de discriminação racial e de desenvolvimento das comunidades. Nenhum destes quesitos é preenchido a contento pela Funai e grande parte dos índios do Nordeste terminam migrando para os grandes centros, se destribalizando e, consequentemente, desaparecendo como nação. Esse problema também foi enfrentado pelos Pataxós de Pau Brasil. Desde o arrendamento de suas terras na década de 40, eles migraram e quando voltaram a Funai se recusou a reconhecê-los como índios.

## Identidade

Como se não bastassem esses problemas, a Funai cria outros, tais como os "critérios de indianidade", projetados pelo coronel Ivã Zanoni Hausen, classificados como "critérios nazistas", pelo secretário-geral do Cimi, padre Paulo Suess. Esses indicadores funcionam hoje como o projeto de emancipação. A partir deles a Funai pode descartar-se de algumas nações indígenas visivelmente miscigenadas, como a dos Tupiniquins do Espírito Santo.

Os critérios continuam sendo apli-

cados, principalmente no Nordeste e também entre os Guaranis que vivem na área inundada pela hidrelétrica de Itaipu. Caso os Avá-guaranis não pudessem enquadrar-se nos critérios biológicos, históricos e antropológicos criados pelo coronel Hausen, a Funai estaria liberada da responsabilidade de encontrar uma nova terra para esses índios.

O uso desses critérios tem como principal objetivo, segundo o antropólogo Olímpio Serra, ex-diretor do Parque do Xingu, "liberar terras indígenas, ou seja, o mesmo objetivo do projeto de emancipação. Quanto menos índios enquadrados nos critérios de indianidade, mais terras para especulação".

## Vigilância

A vigilância da opinião pública contra o uso desses critérios é intensa e, até o momento, a Funai ainda não pode reduzir os territórios indígenas ou declarar extinta uma nação indígena, como pretendia a antropóloga Lúcia Helena Melo que, usando os critérios junto aos Tupiniquins de Caieiras Velhas (ES), afirmou em seu relatório que eles não são mais índios, como pretendem também os proprietários da Aracruz Celulose.

"A Funai não agrada nenhum dos lados, nem os índios, nem os fazendeiros", desabafou o coronel Paulo Moreira Leal que na última segunda-feira entregou seu pedido de exoneração por não saber "trabalhar sob pressão". Com esse desabafo, o coronel Leal sintetizou a questão indígena e preparou o terreno para o descrédito de seu substituto. "A Funai não tem solução", repetiram alguns dos assessores diretos do coronel Leal.

Sem saber, os coronéis concordaram com alguns renomados antropólogos, entre eles Eduardo Viveiros de Castro que diz: "A Funai não tem solução porque o problema é estrutural. Enquanto permanecer essa estrutura, esse sistema de exploração da terra, os índios serão expoliados. E não adianta mudar o governo, substituir presidentes. Só uma mudança profunda na sociedade poderia solucionar a questão indígena".

Não há dúvida de que a questão indígena é estrutural. Ela está diretamente vinculada à estrutura fundiária do País, baseada na concentração de terras, resquício das capitais hereditárias. Se as manifestações de protestos dos índios recrudescerem nos últimos anos, isto se deve à paulatina perda de território sofrida pelos grupos indígenas, beneficiando a penetração de capital no campo.

Em vista disto, o problema só será solucionado quando o governo tomar a decisão política de mexer na propriedade. A decisão solucionará não apenas o problema dessa minoria étnica, como também o de dez milhões de famílias sem terra, posseiros e bóias-frias.

Essa decisão, entretanto, parece distante, pois as autoridades têm o pensamento unânime: "Há muita terra para pouco índio". Errospensamento foi traduzido pelo ex-governador de Roraima, coronel Fernando Ramos Pereira, que declarou publicamente: "Na minha opinião, uma terra rica como esta não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas atraindo o desenvolvimento."